Apresentação

A discussão sobre patrimônio está em constante expansão. Nos últimos anos tem ocupado lugar central nos campos da cultura, da memória, e até do turismo, além de mobilizar intensos debates relativos às políticas públicas. Para Leonardo Castriota, é um campo que, nos últimos anos, tem dialogado com diferentes disciplinas para o entrelaçamento de suas perspectivas e ampliação do conceito.¹ Esta ampliação nos permite, então, falar em diferentes categorias: além das tradicionais “patrimônio cultural”, “histórico” e “arquitetônico”, as mais recentes “imaterial”, “natural” e até mesmo “digital”, para citar algumas.

O patrimônio cultural, tradicionalmente associado à ideia de identidade, passou a ser agenciado pelos próprios grupos sociais, o que constitui uma novidade dos últimos tempos. Desta forma, podemos ver esta categoria exercendo uma mediação entre dois aspectos da cultura: o primeiro como expressão do grupo social e, portanto, como capital herdado por essa coletividade; e o segundo, como resultado de um permanente esforço de reconstrução, em que os sujeitos coletivos decidem o que os representa e deve ser preservado ou salvaguardado.

O patrimônio arquitetônico passou a abranger conjuntos arquitetônicos inteiros e, também, uma perspectiva diferente, que engloba, o entorno em que se encontram os monumentos. Já o patrimônio natural, conceito mais recente, inclui as paisagens e o meio ambiente, apenas para dar alguns exemplos.

Tais mudanças impactaram a metodologia de identificação, registro e preservação do patrimônio e a própria natureza das políticas públicas deste campo. Os profissionais envolvidos com esses processos também se ampliaram, bem como os fóruns em que tais processos e políticas são debatidos.

O campo dos museus, por sua vez, sofreu alterações importantes nas últimas décadas, sendo também capturado pelo discurso das identidades e do reconhecimento. Com isso, valorizou-se muito sua função social, tanto do ponto de vista político como pedagógico. Segundo o historiador Claudio Umpierre Carlan², o museu não é apenas um espaço para expor e guardar objetos, mas sim um lugar que insere o patrimônio como fonte histórica para pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

¹ CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS 2009.

² CARLAN, Claudio. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História*, vol.27 nº.2 Franca, 2008.

É frente a esse quadro que o presente dossiê da Mosaico buscou explorar o conceito de patrimônio, seus diferentes instrumentos e os agentes responsáveis pela preservação e elaboração de políticas públicas de proteção. Além disso, propôs tratar das amplas funções e definições dos museus e de sua relação com o patrimônio, por meio de pesquisas de natureza histórica e de estudos de caso.

No artigo “Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa”, Erivania Azevedo Lopis discute como o conceito de patrimônio tem sido discutido em diferentes esferas sociais e pelos órgãos de preservação. A autora relaciona esta discussão à urgência na salvaguarda de determinados elementos patrimoniais, devido à recorrente destruição de monumentos/documentos para atender às “necessidades” da modernidade. O artigo faz uma análise da relação conflituosa entre o preservar e o transformar, com foco nos debates no campo do urbanismo.

Em “Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG”, Leila Medina Leite Féres discute os instrumentos que conferem salvaguarda ao patrimônio material, natural e imaterial no Brasil. A autora analisa alguns mecanismos de proteção previstos em lei, buscando compreender seu funcionamento nas políticas públicas, assim como suas aplicabilidades na cidade de Ouro Preto, e o recente envolvimento da população nas tomadas de decisões envolvendo o patrimônio cultural.

Luciana Christina Cruz Souza aborda as escolhas e os juízos que envolvem a seleção e a preservação de bens culturais no artigo “Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas”. Em formato de ensaio de natureza teórica, o artigo analisa a importância atribuída à figura do técnico-especialista no trato com o patrimônio, seja na esfera do Estado ou do museu, enquanto agente que parece reunir a capacidade/legitimidade de nomear e tratar o patrimônio. Luciana Souza reflete sobre as relações de colonialidade que parecem atravessar as dinâmicas do campo do patrimônio a partir da figura dos técnicos-especialistas.

Em, “Os ecos heroicos de Rodrigo na revista Pai d’égua: o patrimônio cultural na Amazônia”, Andre Luis Andrade analisa, através de um estudo de caso, a revista Pai d’égua: o patrimônio cultural da Amazônia, lançada pela Superintendência do Iphan/PA no final da década de 1990. O autor investiga como as ações ali divulgadas vão de encontro à divisão proposta pela historiografia oficial do órgão, qual seja: fases heroica e moderna e, desse modo, permitindo refletir sobre os projetos recentes da política federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o programa Casas do Patrimônio.

Andrea Siqueira D’Alessandri Forti em “Memória, patrimônio e reparação: políticas culturais no Brasil e o reconhecimento da história da escravidão” procura relacionar a elaboração de políticas culturais com as lutas sociais das populações negras no Brasil, ressaltando aquelas ocorridas a partir do fim da década de 1970. Seu objetivo é analisar, a partir de um estudo de caso, como a implantação dessas políticas pode ser entendida como uma reparação simbólica para esses grupos historicamente

silenciados. Desta forma, destaca os usos possíveis do patrimônio e de exposições museológicas para a produção de conhecimento e o ensino de história da escravidão e de cultura afro-brasileira.

Ainda com relação às políticas de preservação do patrimônio, Cinara Isolde Koch Lewinski explica, em seu artigo “O que é o Preserve/fe? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980?”, como surgiu o Preserve/fe e busca demonstrar que a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul estava inserida num projeto nacional. A autora tem o Museu do Trem de São Leopoldo-RS, que abrigou o Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul, como objeto de sua pesquisa.

No artigo “A comunicação museológica e as pedagogias culturais: por um museu educativo em movimento”, Adriano Barreto Vieira desenvolve, a partir dos campos da museologia, do patrimônio, dos estudos culturais e da educação, uma análise sobre as mudanças conceituais e amplas que ocorreram na museologia a partir dos anos de 1970. O autor trabalha com o conceito de “Nova Museologia”, com destaque para a função social dos museus pesquisados neste artigo.

Guilherme Lopes Vieira traz o conceito de museu como “lugar de memória”, devido ao seu aspecto simbólico e à sua vocação de promotor de memórias. Seu artigo “O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica” mostra como são considerados fontes que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado. O autor problematiza esse objeto tendo o presente como um dos fatores de construção do passado.

Em “A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa Viva da Ceilândia, DF”, Vinicius Carvalho Pereira apresenta as ações desenvolvidas pela Casa da Memória Viva de Ceilândia - a mais populosa região administrativa do Distrito Federal junto à comunidade escolar. O autor nos mostra que as atividades desenvolvidas pela instituição têm como foco a valorização da cultura e história locais e, principalmente, da memória dos candangos, trabalhadores que participaram da construção de Brasília, por vezes deixados de lado pela história oficial. O artigo apresenta ainda, por meio de entrevistas com os colaboradores da instituição e de uma revisão bibliográfica especialmente acerca da Nova Museologia, como esse museu desenvolveu, desde a sua fundação, trabalhos em conjunto com a comunidade local.

Isabella do Amaral Mendes apresenta, em seu artigo “A decoração interna do Palácio Nova Friburgo: reapropriações do passado monárquico na nova casa da República”, uma investigação preliminar acerca da decoração interna do Palácio Nova Friburgo, onde funciona desde 1960 o Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. O artigo tem como enfoque a análise da sobrevivência estética de símbolos presentes no palácio, a fim de problematizar a ocupação deste espaço pelos republicanos.

Esta edição também traz artigos de temas livres. Bernardo Borges Buarque de Hollanda, em seu artigo “Genealogia da derrota: a reedição do livro *O negro no futebol brasileiro* e a construção do significado da Copa do Mundo de 1950 para o Brasil”, propõe um debate sobre a construção da memória coletiva no jornalismo esportivo, tendo por base os episódios relacionados à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. O argumento proposto pelo autor sustenta que a reedição da obra “clássica” de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947), ocorrida em 1964, foi condicionante do modo como o memorialismo esportivo passou a narrar e a valorar o desempenho do selecionado nacional em 1950.

Em “A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude”, Felipe Castanho Ribeiro propõe-se a analisar trabalhos historiográficos envolvendo a Guerra de 1932, mais conhecida como “Revolução Constitucionalista”. O autor procura observar quais foram as principais hipóteses para o advento do conflito, assim como algumas das perguntas que nortearam os trabalhos que versam sobre o tema.

Esta edição traz ainda uma nota de pesquisa relacionada à temática do dossiê Patrimônio e Museus. Em, “A (In)visibilidade do patrimônio histórico e cultural: um estudo sobre o patrimônio do município de Rio Grande”, Rafael Branco da Silveira e Vivian da Silva Paulitsch procuram investigar a invisibilidade do patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente o edifício da Delegacia da Polícia Federal, analisando e elencando os fatores responsáveis pelo seu desconhecimento. Os autores propõem, ainda, uma mediação cultural a ser realizada no edifício para despertar um olhar atento acerca do patrimônio.

Encerra a edição uma resenha intitulada “A Arena política na Bahia na época da Ditadura” de autoria de Manoel Reinaldo Silva Rego sobre o livro *Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a Ditadura* de José Alves Dias.

Com a edição desse número da revista esperamos colaborar e incentivar novas reflexões relacionadas ao tema dos patrimônios e dos museus, sempre em um perspectiva interdisciplinar. Desejamos uma leitura agradável e proveitosa a todos e todas!

Juliana Gazzinelli
Conselho Editorial